

A CONDUTA DOS AGENTES POLÍTICOS BRASILEIROS NA CONTEMPORANEIDADE: UM ESTUDO CRÍTICO NA PERSPECTIVA DA ÉTICA APLICADA

THE CONDUCT OF BRAZILIAN POLITICAL AGENTS IN CONTEMPORARYITY: A CRITICAL STUDY FROM THE APPLIED ETHICS PERSPECTIVE

Amanda Cristina dos SANTOS¹, Cícera Camila Batista SILVA², Severina Alves de ALMEIDA Sissi³

¹ Acadêmica do 2º período do Curso de Direito da Faculdade de Ciências do Tocantins – FACIT. E-mail: amandacristinamatoss@gmail.com

² Acadêmica do 2º período do Curso de Direito da Faculdade de Ciências do Tocantins – FACIT. E-mail: Camilacandido7324@gmail.com

³ Orientadora da Pesquisa. Pós-doutoranda em Letras na Universidade Federal do Tocantins UFT (2019); Doutora em Linguística UnB (2015); Mestre em Ensino de Língua e Literatura UFT (2011); Professora Titular da Faculdade de Ciências do Tocantins –FACIT. Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humano - CEP-FACIT. Coordenadora do Núcleo de Apoio Psicopedagógico NAP da Faculdade de Ciências do Tocantins FACIT. Membro do Núcleo de Desenvolvimento Estruturante do Curso de Direito da FACIT. E-mail: sissi@faculdadefacit.edu.br

RESUMO: Este artigo faz uma análise da relação entre ética e política no Brasil, pressupondo que toda ação política deve se ancorar em pressupostos morais e éticos. A ética é um construto que faz parte da vida em todas as suas configurações, permitindo uma efetiva cordialidade entre as pessoas, balizando as condutas humanas no sentido de tornar as relações interpessoais afetuosas e fraternas. Partindo de um estudo teórico-crítico, encontramos em artigos, livros e capítulos de livros os subsídios necessários para estudar e apreender como se efetiva a conduta dos agentes políticos brasileiros numa perspectiva da ética aplicada. O objetivo foi compreender as ações dos agentes políticos na atualidade, avaliando aspectos como moral e ética. A pesquisa se apresenta como qualitativa a partir de procedimentos da revisão bibliográfica e análise teórica (SEVERINO, 2001; GIL, 2002; ALMEIDA et al, 2017; MIRANDA E SILVA, 2019). É também uma internetnografia (ALMEIDA et al, 2017a), uma vez que utilizamos a internet como fonte de consulta sistemática. O texto está estruturado em dois momentos. Primeiro discorremos acerca de ética e ética aplicada, apresentado conceitos, evolução e fundamentos, desenvolvendo uma cronologia que se inicia na Grécia Antiga indo até aos dias atuais. Em seguida, ponderamos, em diálogo com o corpo teórico

estudado, a conduta dos agentes políticos na contemporaneidade e sua postura ética, considerando o momento histórico que vivenciamos, permeado de fragilidade ética e moral, nas ações dos políticos e seus assessores. Os resultados indicam que a ética é uma postura que não faz parte da individualidade dos agentes políticos atualmente em nosso país, notadamente em relação ao compromisso assumido diante da população, descumprindo os ditames constitucionais e irrevogáveis que regem a estrutura social brasileira.

Palavras-chave: Ética. Moral. Ética aplicada. Postura ética. Agentes políticos.

ABSTRACT: This essay analyzes the relationship between ethics and politics in Brazil, assuming that all political action must be based on moral and ethical assumptions. Ethics is a construct that is part of life in all its configurations, allowing effective cordiality between people, guiding human behavior in the sense of making interpersonal relationships cordial and fraternal. Starting from a theoretical-critical study, we find in articles, books and book chapters the necessary subsidies to study and apprehend how the conduct of Brazilian political agents is effective in a perspective of applied ethics. The goal is to understand the actions of political agents today, evaluating aspects such as morals and ethics. The research is presented as qualitative from the procedures of the literature review and theoretical analysis (SEVERINO, 2001; GIL, 2002; ALMEIDA et al, 2017; MIRANDA AND SILVA, 2019). It is also an internetnography (ALMEIDA et al, 2017), since we use the internet as a source for systematic consultation. The text is structured in two moments. First we discuss about ethics and applied ethics, presenting concepts, evolution and fundamentals, developing a chronology that begins in Ancient Greece going to the present day. Then, we consider, in dialogue with the theoretical body studied, the conduct of political agents in contemporary times and their ethical posture, considering the historical moment we experience, permeated by ethical and moral fragility in the actions of politicians and their advisers. The results indicate that ethics is a posture that is not part of the individuality of the political agents in our country, notably in relation to the commitment made to the population, not respecting the constitutional and irrevocable dictates that govern the Brazilian social structure.

Keywords: Ethics. Moral. Applied ethics. Ethical posture. Political agents.

1. INTRODUÇÃO

A contemporaneidade revela-nos uma situação limite, quando as interações humanas nas esferas social e política encontram-se carentes

de referenciais claros, contribuindo para que as relações intersubjetivas estejam em permanente confronto. Aspectos como ética ou, de forma mais eloquente a ausência dessa é um desafio a ser enfrentado, na medida em que nos ressentimos da

presença de valores e de uma moral que devem servir como parâmetro para nossas condutas, ou seja, de uma axiologia do ser humano em potencial (ALMEIDA, et all, 2017).

Nesse sentido, apresentamos esse artigo que faz uma análise da relação entre ética e política no Brasil em relação aos agentes políticos, pressupondo que toda ação política deve estar permeada de pressupostos morais e éticos. Consideramos a ética um construto que faz parte da vida de todo ser humano, ou mesmo configurações que regem a conduta do homem em sociedade, contribuindo para a prevalência de uma efetiva cordialidade entre as pessoas, balizando as condutas humanas no sentido de tornar as relações interpessoais cordiais e fraternas.

O texto materializou-se a partir de um estudo teórico-crítico, após estudo de artigos, livros e capítulos de livros, que permitiu apreender como se efetiva a conduta dos agentes políticos brasileiros numa perspectiva da ética aplicada. O objetivo da pesquisa foi compreender as ações dos agentes políticos na contemporaneidade, avaliando aspectos como moral e ética no exercício de suas ações.

Partindo de um estudo de teor qualitativo e de uma pesquisa bibliográfica e análise teórica (SEVERINO, 2001; GIL, 2002; ALMEIDA et all, 2017a; MIRANDA E SILVA, 2019), foi possível alcançar nossos objetivos. A pesquisa apresenta-se também como internetnográfica (ALMEIDA et all, 2017), uma vez que utilizamos a internet como fonte de consulta sistemática. Para esses autores, o conceito de pesquisa internetnográfica evoluiu na esteira da Netnografia (KOZINETTS, 2014), uma vez que as duas têm em comum serem originárias de ambientes virtuais e se efetivarem pelo uso dos artefatos que dão acesso à Internet. “A Internet-

nografia é literalmente “Escrita pela Internet”, ou seja, tudo que gera os dados advém de uma busca que pode se efetivar com mais rapidez e agilidade pelo Google” (ALMEIDA et all, 2017, p. 126).

O texto está estruturado em dois momentos. Primeiro discorreremos acerca de ética e ética aplicada, apresentado conceitos, evolução e fundamentos, desenvolvendo uma cronologia que se inicia na Grécia Antiga indo até aos dias atuais. Em seguida, ponderamos, em diálogo com o corpo teórico estudado, a conduta dos agentes políticos brasileiros na contemporaneidade e sua postura ética, considerando o momento histórico que vivenciamos permeado de fragilidade ética e moral nas ações dos políticos e seus assessores.

Os resultados permitem afirmar que a ética é uma postura que não faz parte da individualidade dos agentes políticos atualmente em nosso país, notadamente em relação ao compromisso assumido diante da população, descumprindo os preceitos constitucionais e irrevogáveis que regem a estrutura social brasileira.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3. A Ética e seus desdobramentos: Conceitos, Evolução e Fundamentos

A ética, como expressão uma do pensamento que conduz à ideia da universalidade moral, ou ainda, à forma ideal do comportamento humano, expressa em seus princípios válidos todo pensamento normal e sadio. A ética nasce da necessidade de se fazer o bem, o que implica no reconhecimento de um valor, das coisas e das pessoas. Não existe o bem absoluto, *a priori*, o bem precisa de ser aprendido. Essa não é uma tarefa fácil, pois para o homem agir bem é necessário

que tenha um processo de aprendizagem, o que requer tempo e amadurecimento, por meio da convivência com outras pessoas e com o mundo em que se encontra inserido (NETO, 2019)⁴.

Desde a antiguidade a ética percorreu um longo caminho, revestindo-se da moral, adquirindo um novo sentido, amplo e restrito. Atualmente existe uma ética da humanidade, traçada por comportamentos pensados e em pressupostos maiores; e outra que normaliza as ações no interior de um grupo específico. A ética tem sua origem na Grécia no século XVII a.C., embora seus preceitos fossem praticados entre outros povos desde os primórdios da humanidade, inerente ao contexto mítico e religioso, traçando regras de comportamento para permitir um convívio saudável entre indivíduos agrupados no conjunto da sociedade.

3.1. Evolução da Ética, conceitos e desdobramentos

Segundo Almeida et all (2017, p. 126), a ética é uma palavra que sabemos o que significa, porém não temos muita clareza ao defini-la, o que ocorre também com moral que normalmente é confundido com ética, “[...] gerando uma série de eventos que dificultam nossa percepção de outros termos a ela vinculados, como valores e, consequentemente, axiologia”. Ademais, esses autores consideram relevante que nos debruçemos sobre “[...] conceitos e apreciações acerca de cada uma dessas palavras, para nos apoderarmos de seu teor, minimizando ambiguidades e pormenorizando contradições” (ALMEIDA et all, 2017, p. 126).

Não obstante,

[...] Ética, etimologicamente vem do

grego *ethos* e pode ser definida como pertencente aos bons costumes, e coaduna-se com os princípios universais, ações atemporais e imutáveis, independentemente do lugar onde nos encontramos. Diferencia-se de moral porque, enquanto a ética é racional e rege comportamento e ações, a moral tem como atributo mais expressivo a obediência a costumes, hábitos e tradições socioculturais (ALMEIDA et all, 2017, p. 126).

Nessa perspectiva, Barros Filho (2013) *apud* ALMEIDA et all (2017, p. 126) assegura que é importante entender a ética como uma prática subjetiva, reflexiva e compartilhada, na qual “[...] a razão busca o melhor argumento no sentido de um aprimoramento progressivo da convivência, ou seja, usar a inteligência a serviço do aperfeiçoamento das relações. Aqui o amor assume relevância e agencia os repertórios que mobilizam nossas ações”.

Nesse sentido,

[...] a moral se entrelaça com a ética para que tenhamos o que Barros Filho (2013) determina como uma “Vida Boa”, característica do exercício ético e da destreza moral. Moral e ética são, portanto, o substrato das relações que mantemos com os “nossos outros”, exercitando a alteridade de forma inquietada. Afinal, a convivência precisa de ser depurada para que possamos expressar o que de mais humano há

⁴ Fonte: Jungley de Oliveira Torres Neto. Ética. Disponível: <https://www.portaleducacao.com.br>. Acesso em: 18-nov-2019.

em nós; enquanto isso, os preceitos morais que regem nossa conduta precisam ser vistos no âmbito de uma “Ética do Ser Humano” numa concepção hegeliana, considerando o que de substancial há em cada um de nós (ALMEIDA et al, 2017, p. 127).

Assim sendo, o conceito de ética evoluiu na medida em que a humanidade também se evoluiu. Segundo Fernandes (2006), podemos visualizar essa evolução da seguinte forma:

3.1.1. Grécia Antiga (VII a.C. VII d.C.)

Nesse período os filósofos gregos conceituaram filosofia como sendo “[...] amor pela sabedoria”, iniciado em Sócrates e indo até Aristóteles, passando pelo período clássico, no qual se desenvolveu a democracia, e que teve seu apogeu na *pólis*, notadamente na intelectualidade e nas artes. Desde o nascimento de Sócrates até a morte de Aristóteles, foram aproximadamente 150 anos, os quais encerram os tempos da Grécia Antiga (FERNANDES, 2006).

3.1.2. Período Pré-socrático: Do século VI a.C ao início do século V a.C

A palavra *Kosmos* surgiu nesse período, para designar “o universo”, derivada de um verbo cujo significado é “ordenar” – ordenação com beleza, enfeite ou um arranjo dotado de encanto. Heráclito afirma que as forças brotam da natureza e obedecem a uma ordem intrínseca, da própria natureza. Já a palavra *physis* ou natureza é um deri-

vado da raiz *phy*, que significa brotar, crescer. Pode-se dizer, então, que *physis* denota “brotação”, isto é, o ato dinâmico de nascer, de brotar. É uma ideia física, observada nos fenômenos naturais, tendo como exemplo fenômenos atmosféricos (FERNANDES, 2006).

O Período Pré-socrático é marcado pelos pensamentos que começam a separar o mito da razão, buscando explicações do universo. “[...] Representam a passagem do homem mítico ao homem da *pólis*, o homem racional. O interesse dos pré-socráticos era voltado para a *physis*, de modo que as ações humanas ainda não era objeto de reflexões” (FERNANDES, 2006, p. 4).

3.1.3. Período Socrático: Os Sofistas e Sócrates

Segundo Fernandes (2006), no Período Socrático a filosofia começa a se designar como um gênero cultural, com objetivos e princípios específicos. Isso condiz ao começo da estabilização da sociedade grega. Com isso, houve o desenvolvimento da atividade comercial e a organização da sociedade ateniense, bem como emergência de novos conhecimentos.

Nesse época a virtude é ciência e conhecimento, pois aquilo que a atualiza plenamente, essa consciência e inteligência, não pode ser senão a ciência e o conhecimento. A alma é a sede de areté⁵ “virtude”, que permite medir o homem segundo a sua dimensão interior, e que orienta a vida humana, por exemplo, naquilo que é justo ou injusto. Dessa forma, dialogava sobre propostas que eram imediatas e vivas para a sua consciência, por exemplo: o que significam o bem, o ser

⁵ Areté (do grego ἀρετή aretê,ês, “adaptação perfeita, excelência, virtude”) é uma palavra de origem grega que expressa o conceito grego de excelência, ligado à noção de cumprimento do propósito ou da função a que o indivíduo se destina. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Aret%C3%AA>. Acesso em: 14-abr-2020.

bom, a justiça, o morrer? Valorizando a coragem, inteligência justa e moderação (NETO, 2019; FERNANDES, 2006).

Nesse sentido, os sofistas descobriram uma forma especial de olhar para o mundo que é o modo científico ou racional. Para os pré-socráticos, *areté* significava a formação do cidadão em direção à *pólis*. É Política, ética e moral, isto é, refere-se ao poder, ao caráter e aos costumes sociopolíticos que moldam o caráter do homem livre, cidadão da *pólis*.

“Sofistas”, *sophós* designa o sábio, o teórico. A razão última das coisas era a *physis* (a natureza). Os sofistas foram os primeiros a receber dinheiro por trabalho de docência, e Sócrates fazia crítica a essa conduta. Nessa época, filosofavam acerca da verdade, com a intenção de saber como as coisas se comportavam por si mesmas, e quanto mais os homens argumentavam mais se aproximavam da verdade. O utilitarismo⁶ dos sofistas relacionava-se com o relativismo⁷ moral (FERNANDES, 2006).

Segundo esse autor, exaltava-se o uso da linguagem e a manifestação do pensamento (*logos*); buscava-se, ademais, o conhecimento mediante a oratória, ou seja, por meio da palavra e do discurso capazes de evidenciar e persuadir.

Nesse sentido, a linguagem precisa de ser racional. As discussões pressupunham a apresentação de justificativas, de argumentos claros, sendo abertas à interpelação e ao questionamento. “[...] O processo decisório envolvia a necessidade de superação das diferenças e a convergência de interesses e objetivos, para que se pudesse produzir um consenso, e era para esse fim que a retórica e dialética deveriam contribuir” (FERNANDES, 2006, p. 5).

3.1.4. Idade Helenística (III-I a.C)

O termo “Helenismo” é derivado da obra do historiador alemão J. G. Droysen, *Hellenismus*, e designa a influência da cultura grega em toda região do Mediterrâneo Oriental e do Oriente Próximo. A época helenística caracteriza-se, do ponto de vista da concepção do homem, pela reflexão filosófica voltada para as necessidades do indivíduo (NETO, 2019; FERNANDES, 2006).

A filosofia helenística foi fortemente marcada por uma preocupação central com a ética, entendida no sentido prático como o estabelecimento de regras do bem viver – a arte de viver – Eudemonismo (de Eudaimonía, hedoné, prazer); caracteriza-se do ponto de vista da concepção do

⁶ O utilitarismo, concebido como um “critério geral de moralidade” pode e deve ser aplicado tanto às ações individuais quanto às decisões políticas, tanto no domínio econômico quanto nos domínios sociais ou judiciários. O utilitarismo é um tipo de ética normativa com origem nas obras dos filósofos e economistas ingleses dos séculos XVIII e XIX. Jeremy Bentham e John Stuart Mill, segundo a qual uma ação é moralmente correta se tende a promover a felicidade e condenável se tende a produzir a infelicidade, considerada não apenas a felicidade do agente da ação mas também a de todos afetados por ela. O utilitarismo rejeita o egoísmo, opondo-se a que o indivíduo deva perseguir os seus próprios interesses, mesmo à custa dos outros, e se opõe também a qualquer teoria ética que considere ações ou tipos de atos como certos ou errados, independentemente das consequências que eles possam ter. O utilitarismo assim difere radicalmente das teorias éticas que fazem o caráter de bom ou mal de uma ação depender do motivo do agente porque, de acordo com o utilitarismo, é possível que uma coisa boa venha a resultar de uma má motivação no indivíduo. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Utilitarismo>. Acesso em: 27-mar-2020.

⁷ O relativismo é o conceito de que os pontos de vista não têm uma verdade absoluta ou validade intrínsecas, mas eles têm apenas um valor relativo, subjetivo, e de acordo com diferenças na percepção e consideração. O relativismo, dessa forma leva em consideração diversos tipos de análise, mesmo sendo análises aparentemente contraditórias. As diversas culturas humanas geram diferentes padrões segundo os quais as avaliações são geradas. Max Weber, em suas obras sobre epistemologia, abre espaço para o relativismo nas ciências da cultura quando diz que a ciência é verdade para todos que querem a verdade, ou seja, por mais diferentes que sejam as análises geradas por pontos de vista culturais diferentes, elas sempre serão cientificamente verdadeiras, enquanto não refutadas. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Relativismo>. Acesso em: 14-abr-2020.

homem. À diferença do período socrático, no período helenístico a pólis oferecia às pessoas a possibilidade de fazer escolhas também pelo prazer (NETO, 2019; FERNANDES, 2006).

Com a morte de Aristóteles surge o “[...] período ético, que recebe o nome de Helenismo que significa a expansão da cultura grega, resulta do valor do direito humano, em que o interesse filosófico era voltado para os problemas morais” (FERNANDES, 2006, p. 4).

3.1.5. Período Medieval (IV-XIV d.C.)

Assim como a filosofia helênica, a filosofia medieval ou período medieval recebeu influência do cristianismo, e teve relevância sobre a teologia cristã. A filosofia cristã prioriza a fé em relação à razão e isso se reflete na concepção ética. Dessa época destacam-se Santo Agostinho (354-430 d.C.) e Santo Tomás de Aquino (1224-1274), de modo que os valores éticos eram condicionados pelo cristianismo, especificamente o catolicismo (FERREIRA, 2006).

Já a Escolástica deriva de escola ou filosofia cristã da Idade Média. Os escolásticos admitiam a consciência sensitiva valendo-se de vivências singulares. Apresentavam dificuldade para fazer distinções entre a ordem das verdades racionais e a das verdades reveladas. O homem não pode encontrar certezas do seu conhecimento fora da ciência divina, é o que preconiza. “Tanto Santo Agostinho como Santo Tomás de Aquino consideravam a felicidade o fim conhecido pela revelação” (FERREIRA, 2006, p. 15).

3.1.6. Era Moderna (XVII-XIX d.C.)

O conceito de modernidade está relacio-

nado com o novo, aquilo que rompe com a tradição. O Renascimento surge trazendo como traço principal o Humanismo, que chega a ter uma influência determinante no pensamento moderno. Esse período caracterizou-se pela ruptura com a imagem cristã/medieval do homem (FERREIRA 2006).

Na Era do Humanismo, conhecida também como Renascença, surgiu o homem moderno, com mais consciência sobre o mundo e mais autonomia, e deu-se maior ênfase ao movimento artístico e cultural. Reaparecem os temas de dignidade humana e importância do agir, expande-se a consciência sobre a humanidade e com isso amplia-se o conhecimento tendo a razão como seu fundamento (FERREIRA, 2006).

A identidade ética do indivíduo pressuposta na reflexão da ética clássica começou a ser formulada nesse período, pensada no contexto de uma comunidade ética pluralista, pois, ao existir a possibilidade de a vida poder realizar-se segundo padrões razoáveis, permite ao homem desenvolver-se como pessoa moral, valendo-se do uso consciente da razão e do livre-arbítrio (FERREIRA 2006).

Nesse sentido, “[...] A liberdade é considerada uma determinação livre, portanto, autodeterminação. Essa determinação segue uma ordem social, de acordo com a responsável pela responsabilidade social, pautada na subjetividade universal” (FERREIRA, 2006, pp. 16-17).

3.1.7. Era do Iluminismo (Séc. XVII ao Início do Séc. XIX - “Século Das Luzes”)

O Iluminismo é a denominação concedida ao movimento cultural e intelectual que pretende dominar pela razão os problemas do homem,

valoriza o conhecimento como instrumento de libertação e progresso da humanidade. A filosofia crítica do Iluminismo caracterizou-se por três pressupostos básicos: a liberdade (defendia a livre iniciativa no comércio); o individualismo que se baseava na existência do indivíduo livre e autônomo, consciente e capaz de se autodeterminar; e a igualdade jurídica que visava a garantir a liberdade do indivíduo contra os privilégios (FERREIRA 2006).

“O Iluminismo teve início na Inglaterra e na França e estendeu-se até a Alemanha com Kant⁸, cuja obra pode ser vista como um marco na filosofia moderna” (FERREIRA, 2006, p. 19).

3.1.8. A Ética na Era Contemporânea (Sec. XX-XXI)

A era contemporânea se iniciou em meados do século XX, correspondendo às mudanças que a evolução da ciência provocou na humanidade, com descobertas que vai até mesmo às formas eficientes de destruir a vida na terra. É a era das ciências e dos avanços da biotecnologia e da cibernética e de muita descoberta revolucionária.

Mudando a forma de conceber o homem, transformando o mundo e o modo de viver, nessa época despontam novos valores que influenciaram as condutas e o significado do bem comum. “Surtem questões polêmicas sobre a institucionalização da ciência e a ética, a evolução e a exclusão social, a mercantilização da pesquisa científica, fatores que influenciam o modo do homem habitar o mundo” (FERREIRA, 2006, p. 20).

Segundo este autor, a reflexão ética na contemporaneidade se desdobrou numa série de concepções distintas acerca da moral e sua fundamentação, de modo que o ponto comum entre essas concepções é a recusa de uma fundamentação exterior, transcendental para a moralidade. É, pois, uma reflexão centrada no homem concreto na origem dos valores e das normas morais. Hegel⁹ foi um dos primeiros filósofos a formular a ética do homem concreto (FERREIRA 2006).

3.2. Ética Aristotélica¹⁰

[...] os homens tornam-se arquitetos construindo e tocadores de lira tangendo seus instrumentos. Da mesma

⁸ Immanuel Kant (Königsberg, 22 de abril de 1724 — Königsberg, 12 de fevereiro de 1804) foi um filósofo prussiano. Amplamente considerado como o principal filósofo da era moderna, Kant operou, na epistemologia, uma síntese entre o racionalismo continental (de René Descartes, Baruch Espinoza e Gottfried Wilhelm Leibniz, onde impera a forma de raciocínio dedutivo), e a tradição empírica inglesa (de David Hume, John Locke, ou George Berkeley, que valoriza a indução). Nascido de uma modesta família de artesãos, depois de um longo período como professor secundário de geografia, Kant veio a estudar filosofia, física e matemática na Universidade de Königsberg e em 1755 começou a lecionar ensinando Ciências Naturais. Em 1770 foi nomeado professor catedrático da Universidade de Königsberg, cidade da qual nunca saiu, levando uma vida monotonamente pontual e só dedicada aos estudos filosóficos. Realizou numerosos trabalhos sobre ciências naturais e exatas. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Immanuel_Kant. Acesso em: 14-abr-2020.

⁹ Georg Wilhelm Friedrich Hegel (Estugarda, 27 de agosto de 1770 – Berlim, 14 de novembro de 1831) foi um filósofo germânico. Considerado o maior filósofo da história, sua obra Fenomenologia do Espírito é tida como um marco na filosofia mundial e na filosofia alemã. Hegel pode ser incluído naquilo que se chamou de Idealismo Alemão, uma espécie de movimento filosófico marcado por intensas discussões filosóficas entre pensadores de cultura alemã (Prússia) do final do século XVIII e início do XIX. Essas discussões tiveram por base a publicação da Crítica da Razão Pura de Immanuel Kant. Hegel, ainda no seminário de Tübingen, escreveu, juntamente com dois renomados colegas, os filósofos Friedrich Schelling e Friedrich Hölderlin, o que chamaram de “O Mais Antigo Programa de Sistema do Idealismo Alemão”. Posteriormente desenvolveu um sistema filosófico que denominou “Idealismo Absoluto”, uma filosofia capaz de compreender discursivamente o absoluto (de atingir um saber do absoluto, saber cuja possibilidade fora, de modo geral, negada pela crítica de Kant à metafísica). Apesar de ser notavelmente crítica em relação ao Iluminismo, a filosofia hegeliana é tida por muitos como, para usar a expressão de Habermas, a “filosofia da modernidade por excelência”. Fonte: Habermas, J. (2000). Discurso Filosófico da Modernidade. [S.l.: s.n.]. Disponível: https://pt.wikipedia.org/wiki/Georg_Wilhelm_Friedrich_Hegel. Acesso em: 14-abr-2020.

¹⁰ Aristóteles, filósofo grego, aluno de Platão e professor de Alexandre, o Grande, 384 a.C. — Atenas, 322 a.C.) (FERREIRA, 2008).

forma, tornamo-nos justos praticando atos justos.

ARISTÓTELES, II¹¹

Segundo Calovi e Marmentinia (2010), em Aristóteles a ética volta-se para o bem, e tem como finalidade a felicidade das pessoas que habitavam na *pólis*. Desse modo, deve-se levar em consideração que o bem, assim como a felicidade, pertence aos cidadãos, de sorte que o bem do Estado e o bem das pessoas provêm da mesma natureza, para que o bem do Estado seja mais divino do que o individual. A ética de Aristóteles é a do bom senso, constituída nos juízos do homem probo, virtuoso, bom e incorruptível, orientando-se mediante a seguinte pergunta: “[...] qual o bem supremo do homem e o fim ao qual tendem as coisas?” (p. 60).

Para Ferreira (2008), a ética aristotélica é uma axiologia que conduz o ser humano à felicidade, no sentido mais amplo que essa palavra comporta. Nesse sentido, em toda interação e na dinâmica do convívio social, possibilita a percepção dos valores éticos e morais humanos, assim como o desenvolvimento destes.

Aristóteles acreditava que o exagero é motivador para a criação de conflitos nas relações intersubjetivas, com a sociedade, e enquanto tal pode afetar o nosso caráter. Para Aristóteles, os excessos prejudicam a imagem do homem social, e é na observação e na reflexão de tais fatos, que irá originar-se a doutrina do justo meio, onde a virtude intermedia pontos extremos, por exemplo, os vícios ou desvios de caráter. Assim, a prudência, a moderação e o afastamento do excedente vem para amparar a conduta virtuosa

do ser humano. A ética aristotélica incide no Imperativo Hipotético, visando a um fim, fim este, a felicidade (FERREIRA, 2008; NETO, 2019).

3.3. Ética, Política e suas Incongruências

Não é difícil entendermos que na atualidade o interesse pelas incongruências no âmbito das relações sociais está relacionado à ética e à política. Mas difícil é compreender as suas consequências e o modo pelo qual elas correspondem à crise que vivemos nos dias atuais

Ética e política têm suas raízes na Grécia Antiga, existindo a partir de uma indivisibilidade. Ademais, é imprescindível considerarmos que a política precisa de se desenvolver como um sistema normativo, provido de ética, fundado em valores e processos individuais que regulam um conjunto de ações envolvendo o coletivo.

Enquanto atividade coletiva a política infere exigências éticas em seu desenvolvimento, embora haja confrontos, o que potencializa o choque entre conflitos éticos da formação dos indivíduos e leva claramente a uma deformação de poder. Constatamos, assim, que a política não é somente visada ao bem comum da coletividade, mas pelo contrário, leva em conta também os interesses de particulares e a busca de satisfação deste ou daquele político que deseja manter-se em privilégios na esfera pública e camuflar suas reais intenções.

Calovi e Marmentinia (2010, p. 60), afirmam que “Aristóteles foi o primeiro filósofo a distinguir ética e política, pois, até então, as duas se confundiam”.

Ademais,

¹¹ Fonte: <https://nova-acropole.org.br/blog-saiba-mais/podcast/podcast-maximas-aristoteles-os-homens-tornam-se-arquitetos>. Acesso em: 14-abr-2020.

[...] como a política utiliza as demais ciências e, por outro lado, legisla sobre o que devemos e o que não devemos fazer, a finalidade dessa ciência deve abranger as das outras, de modo que essa finalidade será o bem humano. Com efeito, ainda que tal fim seja o mesmo tanto para o indivíduo como para o Estado, o deste último parece ser algo maior e mais completo, quer a atingir, quer a preservar. Embora valha bem a pena atingir esse fim para um indivíduo só, é mais belo e mais divino alcançá-lo para uma nação ou para as cidadesEstados (ARISTÓTELIS, *apud* CALOVI E MARMENTINIA (2010, p. 60).

Nesse sentido, a fala desses autores sugere que a ética volta-se à ação voluntária e moral da pessoa, enquanto a política se preocupa mesmo com a comunidade. Sendo assim, a ética aristotélica apresenta-se como um elo estreito entre a ação moral da pessoa e a sua vivência na *pólis*. “Seus atos refletem-se dentro da comunidade como um todo e aquilo que o indivíduo faz de bem ou de mal vai intervir diretamente na convivência da sociedade onde ele está inserido” (CALOVI E MARMENTINIA, 2010, p. 60), de modo que a felicidade de todos, coletivamente, depende de cada um, individualmente, e a felicidade de cada pessoa depende de todos.

No início da *Ética a Nicômaco*, Aristóteles delinea o bem do Estado como superior à pessoa, contudo, o Estado deve, necessariamente, estar sempre a serviço da vida moral das pessoas. A

partir do memento em que as pessoas vivem em sociedade, cada um passa a ser parte constituinte dessa sociedade e, assim, é seu dever contribuir moralmente com a sociedade para que ela seja melhor (CALOVI E MARMENTINIA, 2010).

Com efeito,

Aristóteles coloca a ética como parte integrante desta vida social e política da sociedade. Ele deixa claro a ordem entre ética e política: “Aparentemente, ela (Política) é o objeto da ciência mais imperativa e predominante sobre tudo. Parece que ela é a ciência política, pois esta determina quais são as demais ciências que devem ser estudadas em uma cidade, e quais são os cidadãos que devem aprendê-las” (CALOVI E MARMENTINIA, 2010, p. 62). (Aspas do texto original).

Ainda de acordo com esses autores, é visível que Aristóteles institui critérios para orientar a vida de cada pessoa, ordenadamente, dentro da sociedade, construindo e constituindo fundamentos à vida social, partindo da experiência e dos fatos sociais. Sendo assim, alguns critérios que Aristóteles coloca como relevantes são os costumes, os modos de comportamento, a virtude e as instituições, que vão sustentar o modo de viver.

3.4. Ética Aplicada

A ética aplicada é uma vertente da ética e, em seu teor, está preocupada com a análise de questões morais particulares na vida privada e pública, compreendendo a ação de condutas morais

e éticas visando ao bem estar social¹². Segundo Aranha e Martins (2013), a ética aplicada é um ramo moderno da filosofia que nos coloca diante do desafio de deliberar sobre problemas práticos que exigem uma justificação racional.

Não obstante, essa nova concepção de reflexão está ligada à ação, e surgiu a partir de acontecimentos marcantes do século XX, por exemplo, as duas guerras mundiais e os totalitarismos que geraram o espectro do uso de armas de destruição em massa, causando massacres e genocídios. Nesse sentido, a década de 1960 foi decisiva, promovendo e estimulando discussões sobre a extensão de direitos civis e minorias excluídas da sociedade, bem como presenciaram-se reivindicações de uma nova ética sexual (ARANHA E MARTINS, 2013).

Não obstante, a esse novo estado de coisas veio juntar-se o risco de manipulação genética decorrente dos avanços da biologia. Problemas tais como como degradação ambiental, pobreza ostensiva, injustiça e exclusão social, assim como exploração da força de trabalho, notadamente infantil e trabalho escravo, estimularam o debate público entre conservadores e radicais, polarizando ações que se requer sejam fraternas (ARANHA E MARTINS, 2013).

Na Ética Aplicada, segundo Santos (2019, s/p), estuda-se:

[...] o que é obrigatório ou permissível fazer em relação a situações concretas. Consideremos, por exemplo, que matar uma pessoa seja moralmente incorreto. Mas e se essa pessoa for

uma ameaça à sua vida ou à vida de outra, matá-la seria um ato moralmente correto? Da mesma forma, consideremos o roubo e o furto como atos moralmente incorretos. Mas e se essa pessoa for uma mãe desesperada para alimentar os filhos?

Com efeito, uma área que se desenvolveu a partir da Ética Aplicada foi a Bioética, que discute, mais eloquentemente, problemas relacionados ao uso e à manipulação de animais em experimentos científicos. As ciências, aqui, devem ser vistas na perspectiva de um sub-sistema que rege as condutas humanas no âmbito da academia.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1. A Conduta dos Agentes Políticos na Atualidade e Sua Postura (Anti)Ética

Democracia na contemporaneidade está ligada à ideia de representação política, ou seja, de alguém que, escolhido pelo povo, assume a responsabilidade de gerir os interesses públicos e, portanto, age em nome de uma coletividade. Ademais, está expressa de forma categórica na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), a origem do poder, uma vez que no seu preâmbulo, está exposto nos seguintes termos: “Nós representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte...” (BRASIL, 1988). Isso quer dizer que não agem em seu nome, mas em nome do povo, uma vez este são quem detém o poder (GONÇALVES, 2014)¹³.

¹² Fonte: <https://pt.wikipedia.org/>. Acesso em: 17-jan-2019. <https://brainly.com.br/> Acesso em: 17-jan-2019.

¹³ Fonte: Geovani da Rocha Gonçalves. A ética política e atual conduta dos agentes políticos no exercício da representação. Disponível: <https://jus.com.br/artigos/32218/a-etica-politica-e-atual-conduta-dos-agentes-politicos-no-exercicio-da-representacao>. Acesso em: 17-jan-2019.

Ora, se o poder é do povo, então porque o agente político, age segundo os interesses pessoais, burlando, não só aspectos legais, mas claramente aspectos morais e éticos? A prova dessa conduta desviada de alguns agentes políticos – os representantes, aqueles escolhidos pelo povo – não é difícil de ser vista. Basta ligar a TV, ler jornais, revistas, portais na internet ou até mesmos nas redes sociais, que as notícias de corrupção política, nepotismo, promessas ou propostas de campanhas eleitorais não cumpridas, compra de votos, desperdício de dinheiro público, falta de políticas públicas sérias em setores essenciais da vida dos cidadãos como saúde, educação, segurança pública, são destaques nesses meios de comunicação (GONÇALVES, 2014, s/p).

É nesse contexto de atuação dos representantes políticos, que analisamos atos praticados pelo agente político e sua relação com a ética, ou mesmo a falta desta.

Observa-se que existem nas diversas profissões os chamados Códigos de Ética, inclusive na seara política, sendo, neste sentido, um dos exemplos desses Códigos de Ética o Decreto nº 4.081, de 11 de janeiro de 2002, o qual “Institui o Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos em exercício na Presidência e Vice-Presidência da República”.

Não obstante,

[...] Entre os vários dispositivos, o Art. 4º, menciona que o agente público, deverá, “I - pautar-se pelos princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, eficiência, moralidade e probidade; II -manter clareza de posições e decoro, com vistas a motivar respeito e confiança do público em geral; III - exercer com zelo e dedicação a sua atividade e manter respeito à hierarquia, observando as normas regulamentares da Presidência e Vice-Presidência da República, bem assim dispensar atenção, presteza e urbanidade às pessoas em geral”, entre outros dispositivos (BRASIL, 2002, s/p). (Aspas do texto original).

Com efeito, tais códigos existem para reger a ação e a conduta do agente político. Uma vez que qualquer ação que se desvirtue desses preceitos é considerada antiética, porque não segue o padrão que se espera daquele agente. Pela representação popular, busca-se representar uma parcela da população que confiou naquela pessoa e nela depositou o voto, verdadeiramente “um voto de confiança”¹⁴.

Nesse sentido, a conduta política do representante deve estar intimamente ligada àquilo que os representados esperam dele, pois, o exercício de um cargo público na nossa sistemática é de representação e, sendo assim, o representante, agente político, não age em seu nome, mas em nome do povo, da coletividade, daí porque deve existir, sim, ética na política. É um dever dos po-

¹⁴ Fonte: <http://www.filosofia.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=234>. Acesso em: 17-Jn-2019.

líticos agirem em consonância com a representação¹⁵.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos, de forma objetiva, analisar a ética aplicada à conduta dos agentes políticos na atualidade, enfatizando sua postura ética. Para alcançar este objetivo, optamos por uma descrição da ética, apresentando sua cronologia ao longo do tempo.

Num primeiro momento o foco foi a ética, passando por sua evolução e a ética segundo Aristóteles. Em seguida o foco foi ética e política,

quando revisitamos a ética aristotélica, pontuando fundamentos do elo entre ética e política.

Ao final ficou claro que a política e a ética são indissociáveis, e que a postura dos agentes políticos, ao se apresentarem na contramão dos princípios éticos mais elementares, está praticando um crime previsto na Constituição Cidadã (BRASIL, 1988). E que, agindo assim, tornam a vida das pessoas ruim, privando-as da possibilidade de vivenciar uma felicidade que Aristóteles vincula à ética na ação dos agentes políticos.

¹⁵ Fonte: <http://www.filosofia.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=234>. Acesso em: 17-Jn-2019.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Severina Alves; ALBUQUERQUE, Francisco Edviges; SOUSA, Rosineide Magalhães; SILVA, Angela Maria; FERREIRA, Renato Reis. A PESQUISA ETNOGRÁFICA NO CONTEXTO INDÍGENA APINAJÉ. **JNT - Facit Business and Technology Journal**. v. 1, n. 2. 2017a. Pp. 156-176. ISSN 2526-4281 Disponível: <https://jnt.faculdadefacit.edu.br>. Acesso em: 06-nov-2019.

ALMEIDA, et all. IMORALIDADE COMO ATRIBUTO DA GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL: POR UMA ÉTICA DO DEVIR. **Revista Querubim** – revista eletrônica de trabalhos científicos nas áreas de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais – Ano 13 Nº33 vol. 04 – 2017. ISSN 1809-3264. Dis-

ponível: <http://www.revistaquerubim.uff.br/> Acesso em: 16-jan-2020.

ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**: introdução à filosofia. São Paulo: ed. Moderna, 2013).

BRASIL. **Decreto nº 4.081, de 11 de janeiro de 2002**, o qual “Institui o Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos em exercício na Presidência e Vice-Presidência da República”. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4081.htm. Acesso em: 17-jan-2019.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. 1988. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/> Acesso em: 18-jan-2019.

CALOVI, Gustavo Ellwanger. MARMENTINI, Gustavo Luis. A Ética Aristotélica. **Tempo e Eternidade na Idade Média Tiempo y Eternidad en la Edad Media – Time and Eternity in the Middle Ages**. Jun-Dez 2010/ISSN 1676-5818. Disponível: <https://core.ac.uk/download/pdf/18416224.pdf>. Acesso em: 17-jan-2019.

FERNANDES, M. F. P. Evolução filosófica da ética. In: Oguisso T, Zoboli E. Ética e bioética: desafios para a enfermagem e a saúde. São Paulo: Manole; 2006.

FERREIRA, Adriano. Reflexões: **Da Ética Aristotélica para a Ética na Sociedade Brasileira atual**. Disponível: <https://administradores.com.br>. Acesso em: 18-nov-2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Geovani da Rocha. **A ética política e atual conduta dos agentes políticos no exercício da representação**. Disponível: <https://jus.com.br/artigos/32218/a-etica-politica-e-atual-conduta-dos-agentes-politicos-no-exercicio-da-representacao>.

Acesso em: 17-jan-2019.

KOZINETS, Robert. V. **Netnografia**: Realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso. 2014.

MIRANDA, Denize Lima; SILVA, Denyse Mota da. Práticas de Letramento Literário: o Leitor e a Obra Literária na Construção do Saber. In: **JNT - Facit Business and Technology Journal**. v. 1, n. 10, 2019. ISSN 2526-4281. Disponível em: <https://jnt.faculdefacit.edu.br>. Acesso em: 05-dez-2019.

NETO, Jungley de Oliveira Torres. Ética: conceitos, aplicações, e seus desdobramentos atuais Disponível: <https://www.portaleducacao.com.br>. Acesso em: 18-nov-2019.

SANTOS, Wigvan Junior Pereira dos. Ética. Disponível: <https://alunosonline.uol.com.br/filosofia/etica.html>. Acesso em: 18-jan-2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. rev. E ampl. — São Paulo : Gortez, 2001.